

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Julho/2019



SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A

Concurso Público para o preenchimento dos empregos públicos Procurador/Jurídico

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'G07', Tipo 005Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-005Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVAConhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Desenvolvimento sustentável preserva as espécies e os habitats.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões objetivas, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS da Prova Objetiva, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas personalizada.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

Estação de águas

Esta poética designação – estação de águas – nada tem a ver, como eu imaginava quando menino, com alguma estação de trem onde chovesse muito e tudo se inundasse. Em criança a gente tende a entender tudo meio que literalmente. “Estação de águas”, soube depois, indica aqui a época, a temporada ou mesmo a estância em que as pessoas se dispõem a um lazer imperturbado ou a algum tratamento de saúde baseado nas específicas qualidades medicinais das águas de uma região. Água para se beber ou para se banhar, conforme o caso. Tais estâncias associam-se, por isso mesmo, a lugares atrativos, ao turismo de quem procura, além de melhor saúde, a tranquilidade e o repouso que via de regra elas oferecem a quem as visita ou nelas se hospeda.

Em meio ao turbilhão da vida moderna ainda se encontra nessas paragens um oásis de sossego e descompromisso com o tempo. O desafio pode estar, justamente, em saber o que fazer com um longo dia de ócio, em despovoar a cabeça das imagens tumultuosas trazidas da cidade grande. Nessas pequenas estâncias, o relógio da matriz opera num ritmo lerdo e preguiçoso, em apoio à calmaria daquele mundo instituído para que nada de grave ou agitado aconteça. Os visitantes velhinhos dormitam no banco da praça, as velhinhas vão atrás de algum artesanato, os jovens se entediam, os turistas adultos se dividem entre absorver a paz reinante e planejar as tarefas da volta.

Não se sabe quanto tempo ainda durará essa rara oportunidade de paz. As informações do mundo de hoje circulam o tempo todo pelos nervosos celulares, a velocidade da vida digital é implacável e não tolera espaços de vazio ou tempos vazios. Mas enquanto não morrer de todo o interesse de se cultivar a vida interior, experiência possível nessas estâncias sossegadas, não convém desprezar a sensação acolhedora de pertencer a um mundo sem pressa.

(Péricles Moura e Silva, inédito)

1. Uma possível **restrição** à vida que se pode levar nas estâncias representa-se neste segmento do 2º parágrafo do texto:
 - (A) o que fazer com um longo dia de ócio.
 - (B) um oásis de sossego e descompromisso com o tempo.
 - (C) Em meio ao turbilhão da vida moderna.
 - (D) despovoar a cabeça das imagens tumultuosas.
 - (E) mundo instituído para que nada de grave ou agitado aconteça.

2. Depreende-se da leitura do 3º parágrafo que a *velocidade da vida digital*
 - (A) acabou se integrando e tornando ainda mais atraente o ritmo da vida nas estâncias.
 - (B) trouxe consigo a valorização do acolhimento das pacatas estações de águas.
 - (C) deverá dar lugar à necessidade que as pessoas terão de cultivar sua vida interior.
 - (D) é um paradigma da vida moderna que deverá durar por muito tempo.
 - (E) é um atrativo em meio ao ritmo compassado que pode entediar os velhos e os jovens.

3. Deve-se entender da leitura do primeiro parágrafo, a propósito da expressão *estação de águas*, que
 - (A) o entendimento literal dessa expressão comprovou-se acertado ao longo do tempo.
 - (B) seu sentido real, de explicitar as duas finalidades da água, só ocorreu ao autor mais tarde.
 - (C) uma designação poética é o mesmo que um entendimento literal.
 - (D) o autor, quando menino, compreendeu-a de modo fantasioso.
 - (E) ela é suficiente, em si mesma, para explicar com clareza seu sentido verdadeiro.



4. É plenamente adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:
- (A) É possível que os atropelos das grandes cidades um dia chegarão a impedir que as estâncias continuariam na mesma paz.
 - (B) Caso alguém imagine que todos amam a paz das cidadezinhas estaria enganado: sempre há os que a desprezassem.
 - (C) Poucos haverão de crer que ainda se resista nas pequenas cidades ao uso descontrolado das mídias eletrônicas.
 - (D) Se lhes parecesse possível, muitos habitantes das metrópoles cogitarão de se transferir para alguma cidadezinha interiorana.
 - (E) A menos que ocorresse alguma hecatombe, nada alterará o ritmo de vida que predomine naquela cidadezinha.
-
5. Está plenamente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Os cidadãos dos grandes centros devem insurgir-se ao ritmo de vida que lhes é imposto.
 - (B) É invejável a paz de cujos benefícios desfrutam os que moram nas pequenas estâncias.
 - (C) A *poética designação de que* faz alusão o autor diz respeito a *estação de águas*.
 - (D) O turbilhão ao qual imergem os habitantes das metrópoles é por vezes avassalador.
 - (E) São reais os riscos de vida nos quais se atemorizam os habitantes das metrópoles.
-
6. Considerando-se o contexto, traduz-se de modo adequado o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *em apoio à calma* (2º parágrafo) = ir de encontro à pacificação.
 - (B) *cultuar a vida interior* (3º parágrafo) = celebrar o personalismo.
 - (C) *entender tudo meio que literalmente* (1º parágrafo) = compreender tudo um tanto ao pé da letra.
 - (D) *se dispõem a um lazer imperturbado* (1º parágrafo) = aplicam-se num prazer contínuo.
 - (E) *despovoar a cabeça das imagens* (2º parágrafo) = liberar a mente para a imaginação.
-
7. Está plenamente clara e adequada a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) As reações de velinhos e jovens numa estância tranquila aparentemente adviria do mesmo sentimento de tédio, mas é preciso discriminar entre ambas.
 - (B) A velocidade que nas cidades modernas se imprimem nas pessoas é de tal ordem que muitas já se esqueceram do ritmo que nos impõe as pequenas estâncias.
 - (C) Não se devem entender *estações de águas* como aquele menino que lhes tomava como lugares aonde ocorressem inundações.
 - (D) A tranquilidade e o repouso são qualidades de vida em cujas precisam desfrutar as pessoas atormentadas pelos tumultos que se assolam nas metrópoles.
 - (E) A passagem do tempo numa pacata estância interiorana parece decorrer, tal como sinaliza o relógio da matriz, numa morosidade surpreendente.
-
8. Há ocorrência de voz passiva e respeito às normas de concordância verbal na frase:
- (A) Do sossego que reina nas pequenas estâncias extraem-se prazeres a que já não se tem acesso nas modernas capitais.
 - (B) Aos moradores das estações de água não parecem especial o fato de que os visitantes podem usufruir da paz desses logradouros.
 - (C) Quem costuma entender as expressões literalmente acabam por comprometerem o sentido real que se pretendiam.
 - (D) Agita-se no turbilhão de uma cidade grande os sentimentos de uma urgência despropositada, que a ninguém beneficiam.
 - (E) A poucos parecem atrair, nestes nossos dias agitados, o chamado à paz e à tranquilidade que nos fazem as estações de águas.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 14, baseie-se no texto abaixo.

[O tempo sem rumo]

As datas deveriam nos fixar no tempo como as coordenadas geográficas nos fixam no espaço, mas a analogia não funciona. O tempo não tem pontos fixos, o tempo é uma sombra que dá a volta na Terra. Ou a Terra é que dá voltas na sombra. Nossa única certeza é que será sempre a mesma sombra – o que não é uma certeza, é um terror.

Na nossa fome de coordenadas no tempo nos convencemos até que dias da semana têm características. Que uma terça-feira, por exemplo, não serve para nada. Que terça é o dia mais sem graça que existe, sem a gravidade de uma segunda – dia de remorso e decisões – e o peso da quarta, que centraliza a semana. Gostaríamos que passar pelos dias fosse como passar por meridianos e paralelos, a evidência de estarmos indo numa direção, não entrando e saindo da mesma sombra. Não passando por cada domingo com a nítida impressão de que já estivemos aqui antes.

Já que não há coordenadas e pontos fixos no tempo, contentemo-nos com as metáforas fáceis. Este nosso milênio se estende como um imenso pergaminho à nossa frente, esperando para ser preenchido. Podemos escolher nosso destino, desenhar nossos próprios meridianos e paralelos e prováveis novos mundos. É verdade que a passagem do tempo não se mede apenas pelo retorno aos domingos, também se mede pela degradação orgânica, e que a cada domingo estaremos mais perto daquela sombra que nunca acaba... Nenhum de nós chegará muito longe neste milênio. Mas é bom saber que ele está, aqui, quase inteiro, sempre à nossa espera.

(Adaptado de VERISSIMO, Luis Fernando. **Em algum lugar do paraíso**. São Paulo: Objetiva, 2011, p. 7)

9. A metáfora fácil que se representa no 3º parágrafo consiste em se imaginar que
- (A) o tempo que nos aguarda é inapelavelmente o de uma degradação orgânica, tal como se deu em outros milênios.
 - (B) a passagem do tempo lembra-nos a mesma sensação de repetição que experimentamos a cada domingo que vivemos.
 - (C) o nosso destino é como uma folha em branco na qual se imprimirão as coordenadas que desejamos dar a nossas vidas.
 - (D) as coordenadas e pontos fixos no tempo sugerem um pergaminho onde se acusa com nitidez o rumo de nossas vidas.
 - (E) o milênio que estamos a viver assemelha-se a um espaço infinito onde já está marcado o valor da nossa existência.
-
10. Ao se reescrever uma frase do texto, não haverá prejuízo para a sua clareza e correção gramatical no seguinte caso:
- (A) Conquanto fossem um imenso pergaminho, metáforas fáceis podem contentar-nos.
 - (B) Ao se medirem pela degradação orgânica, o curso dos anos nos deixa perto da sombra.
 - (C) Não haveriam no tempo pontos fixos, seria como uma sombra que desse a volta na Terra.
 - (D) Estimariamos a possibilidade de contar com meridianos que nos situassem no tempo.
 - (E) Bem que poderiam nos valer de metáforas fáceis para que fixassem-se no tempo.
-
11. A afirmação de que *a analogia não funciona*, no contexto do 1º parágrafo, justifica-se pelo fato de que
- (A) o tempo e o espaço não são vistos como uma mesma sombra ameaçadora, mas como distintos terrores.
 - (B) o tempo e o espaço nada têm em comum, uma vez que os homens os temem por razões diferentes.
 - (C) as coordenadas geográficas do tempo não equivalem às que norteiam e delimitam o espaço físico.
 - (D) a fixação das coordenadas geográficas trazem a mesma sensação de sombra que a fixação do tempo.
 - (E) o tempo não pode ser demarcado por referências como as coordenadas geográficas que marcam o espaço.
-
12. No 2º parágrafo do texto, o autor considera que os dias da semana, tal como os vivemos,
- (A) apresentam-se para nós com aspectos distintos, em função do nosso desejo de distinguir coordenadas no tempo.
 - (B) funcionam como surpreendentes paralelos temporais, capazes de criar a sensação de vivermos renovadas aventuras.
 - (C) funcionam efetivamente para nós como se fossem seguros meridianos e paralelos, situando-nos no tempo.
 - (D) trazem consigo a ilusão de um roteiro seguro, na trilha do qual não experimentamos qualquer suspeita de repetição.
 - (E) impossibilitam alguma diferenciação entre eles, uma vez que pouco discriminamos as oposições entre uns e outros.



13. O autor do texto tem em mira o tempo, ele examina as características do tempo, imputa ao tempo o dom de nos aterrorizar em virtude das consequências que advêm do tempo.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) o examina as características – imputa-o – advêm-no
(B) lhe examina as características – imputa-lhe – dele advêm
(C) examina-o suas características – lhe imputa – lhe advêm
(D) lhe examina suas características – imputa-lhe – o advêm
(E) lhes examina as características – o imputa – advêm-lhe
14. Está plenamente adequada a pontuação da frase:
- (A) O tempo, ainda que não possa ser controlado, dá-nos a sensação de que está aberto, sujeito a um preenchimento nosso.
(B) Move-nos uma ilusão, de que possamos contar com o tempo como se ele estivesse disponível, para dele nos valeremos, segundo nosso interesse.
(C) O que se teme no tempo, é o fato de não podermos dimensioná-lo, segundo nossa necessidade.
(D) Não se planeja o tempo, conquanto nosso desejo, fosse determinar exatamente os passos que temos a dar.
(E) Cada dia da semana segundo o autor, tem características tão próprias, que nos fazem senti-los de modo distinto.

Atenção: Para responder às questões de números 15 a 20, baseie-se no texto abaixo.

[Formas de ler]

Antigamente eu apanhava e largava um livro sem me preocupar com outra coisa que não as parcelas de realidade e de fantasia encerradas naquele maço de folhas impressas. Mais aberto à emoção, reparava menos na técnica; atraído pela obra, pouco me interessava pelo escritor.

A leitura profissional, os estudos de literatura e algumas incursões no campo da crítica acabaram com esse leitor irresponsável. Hoje, ao pegar um livro, penso no homem que se encontra atrás das frases, em suas ambições e seus objetivos, seus materiais e ferramentas. O que antes se me apresentava como a beleza imaterial de uma flor ou de uma nuvem, soltas no tempo e no espaço, depara-se-me como o produto de um artesanato e a manifestação de uma vontade inteligente.

Por isso dificilmente leio agora um livro isolado em si mesmo. Vem-me logo a vontade de percorrer outras obras do escritor, de aferrar nelas os traços de uma personalidade diferente das outras, de chegar ao canal misterioso que une a criação ao criador. Daí também uma curiosidade biográfica, como se a vida do autor necessariamente encerrasse um segredo, uma chave para a compreensão da obra.

(RÔNAI, Paulo. **Como aprendi o Português e outras aventuras**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014, p. 137)

15. No terceiro parágrafo, o autor avalia a relação existente entre a biografia e a obra de um autor e conclui que
- (A) o interesse de uma obra está justamente em minimizar a importância da biografia.
(B) a biografia de um escritor atrai por supostamente conduzir ao sentido de uma obra.
(C) é mínima a probabilidade de uma relação de interdependência entre ambas.
(D) os aspectos técnicos de uma obra decorrem da escolaridade do autor.
(E) em cada uma de suas obras um autor se aprofunda em sua personalidade essencial.
16. Há clara compreensão do sentido da frase *Mais aberto à emoção, reparava menos na técnica* (1º parágrafo) nesta nova e correta redação que lhe é dada:
- (A) Conquanto não reparasse na técnica, ficava sujeito a me emocionar.
(B) Mais aberto ficava à emoção na medida que me negligenciasse da técnica.
(C) Parecia-me mais preferível emocionar-me do que a técnica.
(D) Importava-me pouco a técnica por estar mais propenso à emoção.
(E) Infenso que era à emoção, cuidava pouco da técnica.

17. O autor do texto julga que a certa altura de sua vida era um *leitor irresponsável* pelo fato de que então
- (A) superestimava aspectos artesanais de obras que eram vistas como frutos de um saber.
(B) avaliava como procedentes as informações sobre o contexto cultural de uma criação.
(C) subestimava o que houvesse de real ou de imaginário nas páginas que lia.
(D) não julgava tão importantes os procedimentos criativos de uma obra e as informações sobre quem a criara.
(E) considerava meras ferramentas os elementos técnicos estruturadores de uma obra.



18. Transpondo-se adequadamente para o **discurso direto** a frase **O autor nos esclareceu que ele, quando jovem, revelou-se desatento aos aspectos técnicos de uma obra que estivesse a ler**, obtém-se esta correta construção: **O autor nos esclareceu**:
- (A) – os aspectos técnicos de uma obra que estivesse lendo revelaram-se pouco atentos quando eu era jovem.
- (B) – quando jovem, eu me revelei um desatento aos aspectos técnicos de uma obra que estivesse lendo.
- (C) – quando jovem, revelou-se-me um desatento aos aspectos técnicos da obra que se apresentassem, à medida em que a lia.
- (D) – os aspectos técnicos de uma obra me revelaram, ainda jovem, como desatento a estes aspectos da mesma, quando a lia.
- (E) – revelei-me jovem quando me mostrei desatento em face dos aspectos técnicos de uma obra que lesse.
-
19. Há plena correção, coesão e inteira coerência na construção da seguinte frase sobre o texto:
- (A) Mesmo quando pouco atentos a uma obra, há quem considere a importância da biografia de quem a escreveu.
- (B) Ainda quando se desconsidere os elementos da biografia do autor, elementos técnicos persistem como importantes para uma obra.
- (C) Apesar de o autor reconhecer-se ainda jovem, muitas obras caracterizavam-se por seus aspectos técnicos.
- (D) As flores e as nuvens impressionam-nos por sua beleza natural, conquanto ele não visse a técnica nas obras que lê.
- (E) Dada a importância do contexto da produção de uma obra, devem-se levar em conta aspectos da biografia de seu autor.
-
20. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado para integrar adequadamente a frase:
- (A) Quando se (**percorrer**) as obras de um autor percebe-se a unidade íntima delas.
- (B) É preciso que se (**dedicar**) a todos os livros de um autor a mesma atenção curiosa.
- (C) Àquele maço de folhas impressas (**dedicar-se**) a atenção de um leitor incauto.
- (D) Ao leitor ainda ingênuo não (**costumar**) impressionar os aspectos técnicos de uma obra.
- (E) Uma flor, em seus dotes naturais, (**encerrar**) um chamado à contemplação da beleza.
-

Atualidades

21. *Uma notícia a pretexto da campanha "Outubro Rosa" (outubro de 2018), afirma que uma em cada quatro mulheres não tem acesso adequado à infraestrutura sanitária no país e esse fato interfere em indicadores de saúde, renda, bem-estar e educação.*
- (Disponível em: <https://glo.bo/2qz5cdj>. Acesso em 01.06.2019)
- De acordo com o mencionado estudo,
- (A) as mulheres que não têm banheiro em casa, mais de 2 milhões de pessoas, têm renda 50% menor quando comparadas com mulheres com banheiro em casa.
- (B) somente 25% do esgoto coletado no Brasil recebe tratamento antes de ser lançado em cursos naturais de água.
- (C) somente 16,7% dos brasileiros têm acesso a água tratada e esse segmento populacional é o que menos se serve dos serviços de saúde pública.
- (D) meninas em idade escolar, sem acesso a banheiro, têm desempenho pior no Enem quando comparadas com a média dos demais participantes.
- (E) a coleta de esgoto no Brasil só atende a 1/3 da população, ou seja, 140 milhões de brasileiros não estão ligados a nenhuma rede de esgoto.
-
22. *O Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), mostra que a população da Venezuela está encolhendo. A crise venezuelana tornou-se também demográfica: a população encolheu 11,9% no total - 10% nos últimos quatro anos. Segundo a instituição, os cidadãos fogem da fome, de doenças e da morte.*
- (Disponível em: <https://bit.ly/2W83odp>. Acesso em 31.05.2019)
- Hoje, formam uma comunidade de
- (A) 4,5 milhões de indivíduos.
- (B) 3,7 milhões de expatriados.
- (C) 1,2 milhão de indivíduos.
- (D) 2,4 milhões de pessoas.
- (E) 5 milhões de expatriados.
-



23. *Dados do Panorama da Participação Privada no Saneamento 2019, produzido pela Abcon e Sindicon (Associação e Sindicato das Concessionárias Privadas de Saneamento Básico), com base em relatórios internacionais, apontam que o saneamento básico brasileiro*
- (A) *é pior que o verificado em 105 países, como Chile, México.*
 - (B) *tem o mesmo percentual de atendimento que o Uruguai.*
 - (C) *está na média de atendimento dos países da América Latina.*
 - (D) *é o melhor entre todos os países da América do Sul.*
 - (E) *pode ser comparado ao de países da Europa Ocidental.*

24. *No início do mês de abril os jornais noticiaram que três países atrasaram o pagamento de seus débitos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), num total de 2,3 bilhões de reais. O banco é credor desses países porque liberou recursos para financiar obras de infraestrutura.*

Os três países são os seguintes:

- (A) Angola – Timor Leste e Bolívia.
- (B) Equador – Timor Leste e Serra Leoa.
- (C) Venezuela – Cuba e Serra Leoa.
- (D) Moçambique – Angola e Cabo Verde
- (E) Venezuela – Cuba e Moçambique.

25. Um tremor de terra de 7,1 graus atingiu a região em que se localiza a falha geológica conhecida como Falha de San Andrés. Segundo informações divulgadas na imprensa, o tremor deixou rachaduras em rodovias, causou incêndios estruturais, vazamentos de gás, falta de energia e deslizamentos nas pequenas cidades, mas não se tem notícia de mortes.

Esse terremoto ocorreu

- (A) em Guadalajara, México.
- (B) na Flórida, Estados Unidos.
- (C) na Califórnia, Estados Unidos.
- (D) em Tijuana, México.
- (E) no Novo México, Estados Unidos.

Noções de Informática

26. Considere, por hipótese, que um advogado foi encarregado de redigir uma petição no Microsoft Word 2013, em português, cujo trecho é exposto abaixo.

Douto Juiz da 9ª Vara da Fazenda Pública

João Martins, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 26789109-1 e inscrito no CPF nº 167234182-12, residente e domiciliado na Rua das Flores, 65, Vila Nova, Campinas, com endereço eletrônico joao@gmail.com, por intermédio do advogado que esta subscreve, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue [...]

Após concluir o texto, o advogado teve que selecionar o nome e os números do RG e CPF do requerente e sublinhá-los. Para selecionar esses três grupos de dados, que estão dispersos no texto, o advogado primeiro selecionou com o mouse o nome do requerente (João Martins), pressionou uma tecla e a manteve pressionada até selecionar com o mouse o número do RG (26789109-1) e do CPF (167234182-12). Em seguida, clicou na ferramenta Sublinhado do grupo Fonte da guia Página Inicial para sublinhar os dados selecionados. A tecla mantida pressionada pelo Advogado para selecionar o RG e o CPF foi

- (A) INSERT
- (B) ALT
- (C) CTRL
- (D) SHIFT
- (E) F2



27. Ao navegar na Internet utilizando os navegadores Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox ou Google Chrome, para aumentar o *zoom* da página, facilitando a leitura de conteúdos que tenham letra reduzida,
- (A) pressiona-se [ALT] [+] repetidas vezes, até se atingir o nível de *zoom* desejado.
 - (B) pressiona-se [CTRL] [Z] e digita-se, no campo que aparece, o percentual de *zoom* que se deseja aumentar.
 - (C) mantém-se pressionada a tecla CTRL e gira-se o *scroll* do *mouse* em direção ao topo da tela.
 - (D) pressiona-se a tecla F12 e digita-se no campo que aparece o percentual de *zoom* que se quer aumentar.
 - (E) mantém-se pressionada a tecla SHIFT e gira-se o *scroll* do *mouse* em direção ao topo da tela.
28. Um Procurador recebeu pessoalmente em um *pen drive* a nova versão de um *software* certificado pelo departamento de Tecnologia da Informação como legítimo e confiável, mas que os antivírus Kaspersky e Avast identificaram erroneamente como sendo um *software* malicioso, impedindo a instalação. Nesse caso, para poder instalar o *software*, a ação mais rápida e adequada que o Procurador terá que tomar será
- (A) mudar o nome e a extensão do arquivo de instalação para nomes presentes na *whitelist* do antivírus, de forma que ele reconheça o arquivo como confiável.
 - (B) executar o arquivo como administrador do computador, de forma que terá permissão para executar o *software* sem o antivírus identificá-lo como malicioso.
 - (C) desabilitar a opção de *firewall* no antivírus, liberando o acesso do *software* ao sistema e, conseqüentemente, permitindo sua instalação.
 - (D) desinstalar o antivírus presente no computador e, depois do *software* ser instalado, instalar o antivírus novamente.
 - (E) pausar (ou desativar temporariamente) o antivírus pelo tempo necessário para instalar o *software*.
29. Considere a planilha abaixo, criada no Microsoft Excel 2013, em português.

	A	B	C
1	Faixa de consumo (m ³)	Água tratada (R\$/m ³)	
2	Até 30 m ³ /mês	1,35	
3	Acima de 30 m ³ /mês	1,9	
4			
5	Consumidor	Quantidade Consumida (m ³ /mês)	Valor a pagar
6	Paulo Freitas	18	24,3
7	Marcos Rocha	76	144,4

Na célula C6, foi calculado o valor da tarifa a pagar pelo consumidor Paulo Freitas, com base nas categorias de consumo presentes nas células B2 e B3. A fórmula usada considera que se os valores presentes nas células B2, B3 e B6 mudarem e o consumidor for enquadrado em outra categoria de consumo, o cálculo seja ajustado automaticamente. Tal fórmula, usada na célula C6, é

- (A) =SE (B6<=30 ; B6*B\$2 ; B6*B\$3)
 - (B) =SE (B6<=30 ; B6*B\$2 : SEB6>30) ; B6*B\$3\$)
 - (C) =B6*B2
 - (D) =SE (B6<30 ; B6*B\$2\$; B6*B\$3\$)
 - (E) =SE (B6<=30 ; (B6*B\$2) ; SENÃO (B6*B\$3))
30. Um Procurador solicitou ajuda ao suporte técnico para resolver um problema de conexão com a Internet em um computador que usa o sistema operacional Linux. O atendente do suporte solicitou a ele para informar o endereço IP do computador na rede. Para obter este endereço, em linha de comando, ele utilizou a instrução
- (A) netsh -a
 - (B) ipconfig
 - (C) getip -a
 - (D) ifconfig
 - (E) ipaddress

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. Um Tratado Internacional que versa sobre Direitos Humanos foi assinado em 2007, aprovado em 2008, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, e promulgado pelo Presidente da República em 2009. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, referido tratado internacional será equivalente a
- (A) Lei complementar, pois se trata de tratado internacional sobre direitos humanos aprovado, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (B) Lei ordinária, pois não foi aprovado com o mesmo quórum exigido para a aprovação das emendas constitucionais.
 - (C) Emenda constitucional, pois todos os tratados internacionais aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, são equivalentes às emendas constitucionais.
 - (D) Emenda constitucional, pois se trata de tratado internacional sobre Direitos Humanos aprovado, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (E) Lei ordinária, pois, apesar de terem amparo constitucional, apenas poderão possuir status de norma constitucional quando reiterarem ou reprisarem normas constitucionais.
-
32. Jaime é dono de duas propriedades rurais no município onde reside: a Chácara Santa Paulina e a Fazenda das Carolinas. A Chácara Santa Paulina é uma pequena propriedade, assim definida em lei, improdutiva e que serve de lazer a Jaime e sua família, enquanto a Fazenda das Carolinas é uma grande propriedade que cumpre sua função social, na qual se cultiva café e milho. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, considerando apenas as informações fornecidas, para fins de reforma agrária, a Chácara Santa Paulina é
- (A) passível de desapropriação, uma vez que Jaime é proprietário também da Fazenda das Carolinas, enquanto a Fazenda das Carolinas é insuscetível de desapropriação por ser uma propriedade produtiva.
 - (B) passível de desapropriação, assim como a Fazenda das Carolinas, uma vez que são insuscetíveis de desapropriação apenas as médias propriedades rurais e desde que sejam estas produtivas.
 - (C) insuscetível de desapropriação, uma vez que é uma pequena propriedade rural, assim definida em lei, do mesmo modo que a Fazenda das Carolinas, por ser uma propriedade produtiva.
 - (D) insuscetível de desapropriação por ser uma pequena propriedade rural, assim definida em lei, enquanto a Fazenda das Carolinas é passível de desapropriação, uma vez que Jaime é proprietário também da Chácara Santa Paulina.
 - (E) passível de desapropriação, assim como a Fazenda das Carolinas, uma vez que Jaime é proprietário de mais de uma propriedade rural.
-
33. Considere:
- I. Juan e Matilda, casados entre si, espanhóis, decidiram deixar a Espanha e morar no Brasil. Após seis meses da chegada do casal, Matilda engravidou e Pablo nasceu em território brasileiro.
 - II. Vítor, diplomata brasileiro, foi transferido para trabalhar no Consulado Geral do Brasil na Itália, para onde se mudou com a sua esposa, Isabela. Bernardo, filho do casal, nasceu na cidade italiana durante o período em que Vítor trabalhou no referido Consulado.
 - III. Antônia, brasileira, foi cursar pós-graduação no Canadá, onde conheceu Charles, com quem se casou. O primeiro filho do casal, Marc, nasceu em Ottawa, capital canadense.
- Com fundamento na Constituição Federal de 1988 e analisando apenas os dados fornecidos, são brasileiros natos:
- (A) Pablo, apenas, porquanto é o único nascido em território brasileiro.
 - (B) Pablo, desde que opte, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, bem como Bernardo e Marc.
 - (C) Marc, desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira, bem como Pablo e Bernardo.
 - (D) Bernardo, desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira, bem como Pablo e Marc.
 - (E) Bernardo e Marc, apenas, desde que Bernardo venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
-
34. Gustavo foi eleito governador de um Estado em 2018 e sua filha Carolina deseja estreitar na política e se candidatar à prefeitura da capital desse mesmo Estado nas eleições municipais de 2020.
- Considerando que Gustavo estará exercendo o seu mandato no período eleitoral do próximo pleito, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Carolina
- (A) poderá ser candidata a prefeita do município desejado, pois o território da sua jurisdição não será o mesmo território da jurisdição do seu genitor.
 - (B) poderá ser candidata a prefeita do município desejado, pois são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção do Presidente da República.
 - (C) não poderá concorrer a mandato eletivo enquanto seu genitor exercer cargo político, pois são absolutamente inelegíveis para qualquer cargo os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, de Governador de Estado.
 - (D) poderá ser candidata a prefeita do município desejado, pois são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, apenas os cônjuges de Governador de Estado, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
 - (E) não poderá ser candidata a prefeita do município desejado, pois são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, de Governador de Estado.



35. A respeito da Comunicação Social, considere:

- I. O cancelamento da concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.
- II. A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.
- III. O prazo da concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.
- IV. A não renovação da concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.
- V. Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, está correto o que consta de

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, IV e V, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

36. Suponha que o Estado de São Paulo pretenda implementar um programa de incentivo a indústrias de determinado setor produtivo, prevendo, entre outras medidas, isenção da cobrança de ICMS, durante 5 anos, condicionada à realização de novos investimentos no Estado e geração de um determinado número de postos de trabalho. Alguns Municípios paulistas, contudo, insurgiram-se contra a medida, alegando potencial perda de receita tributária. De acordo com o regramento estabelecido na Constituição Federal de 1988, tal alegação

- (A) é procedente, pois a isenção gerará prejuízo aos Municípios que participam da repartição do produto da arrecadação de ICMS, no percentual mínimo de 25%, sendo, ademais, vedada a concessão de isenção por período superior ao do mandato do Governador.
- (B) decorre do fato de que isenções ou benefícios envolvendo ICMS aplicam-se, automaticamente, a impostos de competência dos Municípios, nos termos da lei complementar instituidora, razão pela qual estes também precisam aprovar o benefício.
- (C) é descabida, pois se trata de imposto de competência de outro ente federado, ao qual é destinada a integralidade da arrecadação, ficando a cargo deste, observada a legislação de regência, decidir acerca da concessão de isenções e outros benefícios fiscais.
- (D) decorre da potencial perda da receita proveniente da participação dos Municípios no produto da arrecadação de ICMS, porém não impede a concessão do benefício pelo Estado, desde que o mesmo tenha sido aprovado por deliberação unânime dos Estados e do Distrito Federal, nos termos previstos em lei complementar que regula a matéria.
- (E) não procede, eis que, na hipótese de isenção ou redução de alíquotas, não ocorre redução do montante originalmente estimado para destinação aos Municípios em função da participação no produto da arrecadação de ICMS, devendo o Estado arcar com o valor correspondente mediante compensação com outras receitas.

37. Suponha que, no curso da execução orçamentária, as receitas estimadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente não estejam ingressando nos cofres públicos no montante previsto, tendo em vista forte queda na arrecadação tributária em função de constrição no cenário macroeconômico. Diante de tal situação, a qual indica que a receita arrecadada poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, afigura-se cabível

- (A) alienação de ativos, inclusive imóveis, com utilização do produto correspondente para, prioritariamente, arcar com pagamento de pessoal e despesas de custeio.
- (B) limitação de empenho (contingenciamento), de acordo com critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) suspensão de liberação financeira para pagamento de empenhos, que deverão ser inscritos em restos a pagar para cancelamento.
- (D) operação de antecipação de receita orçamentária – ARO, a qual, todavia, precisa ser liquidada até o final do ano subsequente.
- (E) demissão dos servidores não estáveis e redução de jornada de trabalho dos estáveis mediante redução proporcional dos vencimentos.



38. Considere que o Município de Campinas pretenda constituir uma empresa pública para atuar, em regime de competição com empresas privadas, na prestação de serviços de tecnologia da informação. A intenção seria aproveitar uma oportunidade de mercado, obtendo receitas para o município na forma de distribuição de dividendos (participação no lucro da companhia). A lei autorizativa para constituição da referida empresa não foi, contudo, aprovada pela Câmara Municipal, que vislumbrou desconformidade com o regramento constitucional para atuação do Estado no domínio econômico, segundo o qual
- (A) a participação empresarial em regime de concorrência no mercado é prerrogativa exclusiva da União, permitindo-se aos Estados e Municípios a constituição de empresas apenas para prestação ou exploração de serviços públicos.
 - (B) a exploração de atividade econômica mediante constituição de empresas estatais, embora seja possível em todos os âmbitos da federação, está condicionada à existência de imperativos de segurança pública ou relevante interesse coletivo.
 - (C) a atuação de empresas públicas ou sociedades de economia mista em regime de competição no mercado é medida excepcional, somente possível para os setores objeto de política nacional de indução da concorrência, definidos em lei complementar de âmbito nacional.
 - (D) apenas a União pode constituir empresas públicas exploradoras de atividade econômica, facultando-se aos Estados e Municípios apenas a constituição, mediante lei específica, de sociedades de economia mista para esse fim.
 - (E) a exploração de atividade econômica por empresa estatal pressupõe a existência de monopólio legal ou natural, que justifique a intervenção estatal para mitigar a correspondente falha de mercado.
-
39. Considere que a Câmara Municipal tenha editado uma lei, de iniciativa de um de seus vereadores, fixando determinadas prioridades governamentais no âmbito do Município de Campinas e determinando a prática de várias ações por parte de órgãos municipais, as quais, para sua execução, dependerão da contratação de novos servidores e realocação de recursos orçamentários. Do ponto de vista da disciplina constitucional aplicável ao processo legislativo e à atuação do Poder Executivo e Poder Legislativo, a situação narrada
- (A) indica violação ao princípio da separação de poderes, eis que, não se tratando de matéria de reserva de lei e sim própria da atividade de administrar cometida ao Executivo, a iniciativa parlamentar exorbitou sua regular competência.
 - (B) não contempla qualquer inconstitucionalidade, mas apenas vício de forma, eis que a matéria seria passível de disciplina mediante decreto, editado pelo Poder Legislativo ou pelo Chefe do Executivo.
 - (C) seria legítima se não importasse aumento de despesa para o Executivo, pois apenas as proposições que importem dispêndio de recursos orçamentários são de iniciativa privativa do Chefe do Executivo.
 - (D) encontra respaldo na moderna teoria de separação de poderes, que predica a inexistência de uma “reserva da administração” e de “reserva de lei formal”, admitindo a competência intercambiável entre os Poderes Executivo e Legislativo.
 - (E) configura violação ao princípio federativo, pois a atuação exorbitante do Poder Legislativo compromete a autonomia do ente municipal para executar as competências a este constitucionalmente conferidas, salvo se o Chefe do Executivo convallar a iniciativa parlamentar.

Direito Administrativo

40. A autuação por agentes públicos de fiscalização, acompanhada de apreensão de equipamentos de perfuração de solo que estavam sendo utilizados em obra particular próxima a grande avenida, em virtude de constatação de excesso de trepidação, aparentando ofertar riscos à estrutura viária existente,
- (A) excede os limites do poder disciplinar administrativo, que não incide sobre esfera juridicamente protegida de pessoas não sujeitas à relação jurídica com a Administração.
 - (B) é regular e válida, porque abrangida pelo poder disciplinar da Administração pública, que incide sobre servidores e particulares sujeitos à fiscalização administrativa.
 - (C) depende de autorização judicial por se tratar de obra particular, âmbito que excede a competência de atuação da Administração pública.
 - (D) pode ser executada diretamente pela Administração pública, independentemente de ordem judicial, como expressão do atributo da imperatividade do poder de polícia.
 - (E) é medida regular autoexecutória que configura expressão do poder de polícia da Administração pública, ficando diferida a oportunidade de defesa pelo autuado.
-
41. Um município desapropriou um imóvel para instalação de uma unidade escolar, que funcionou por aproximadamente dez anos. Em razão de diminuição da demanda de alunos para aquele grau de ensino, houve desativação da unidade, com a consequente transferência dos estudantes para a unidade mais próxima. No local, a Administração deu início a obras de adaptação para instalação de uma agência ambiental. Os expropriados do terreno ingressaram com requerimento administrativo invocando retrocessão. No que se refere a este direito e considerando o caso descrito,
- (A) acarreta o direito subjetivo dos expropriados retomarem a posse do imóvel, somada à indenização por perdas e danos em razão de não lhes ter sido oferecido o bem em retorno.
 - (B) os expropriados podem optar pela transferência dominial do imóvel a título gratuito ou pela indenização no valor do bem, considerando que houve hipótese inequívoca de trestinação.
 - (C) os expropriados não fazem jus ao deferimento do requerimento, considerando que o imóvel desapropriado teve a destinação original atendida e a nova finalidade também configura utilização de interesse público.
 - (D) há direito real de retrocessão por parte dos expropriados, considerando que a destinação indicada na desapropriação deixou de subsistir, sendo imperiosa a concordância dos mesmos em relação à nova finalidade.
 - (E) inexistente fundamento para o requerimento apresentado, considerando que o direito de retrocessão dos expropriados é passível de ser invocado dentro dos cinco anos contados da imissão na posse do imóvel pelo expropriante.



42. Diante de situação de inexecução contratual inequívoca por parte de empresa contratada por uma autarquia por meio de licitação para a prestação de serviços, à contratante assiste, nos termos da Lei nº 8.666/1993,
- (A) o poder de assumir as instalações da contratada para prestar os serviços diretamente, em razão da rescisão do contrato fundada na inexecução do objeto.
 - (B) a possibilidade de rescisão pelo descumprimento contratual, cabendo indenizar a empresa pelos serviços executados, vedada a imposição de multa, em razão da extinção da avença.
 - (C) o direito de imposição de sanções à contratada e de prazo para finalização dos serviços, somente após o quê lhe será facultada a extinção do ajuste.
 - (D) o dever de rescindir o contrato, prosseguindo diretamente na execução dos serviços, vedada indenização ou remuneração à contratada.
 - (E) o direito de encampar os serviços, desde que haja autorização do Chefe do Executivo e a contratada seja indenizada pelos prejuízos concretos comprovados.
-
43. Um empregado de uma fundação instituída e mantida pela Administração pública municipal foi surpreendido utilizando veículo funcional para fins particulares. Constatou-se, ao fim de regular apuração, que a conduta era frequente e reiterada. Além disso, restou comprovado que as despesas de combustível não eram suportadas pelo empregado, ou seja, também eram custeadas com recursos da instituição. Diante dessa narrativa, no que se refere à possibilidade de responsabilização do empregado,
- (A) cabe responsabilização por ato de improbidade, independentemente da comprovação de dolo ou culpa, por presumido dano ao erário.
 - (B) é cabível a imputação de ato de improbidade ao empregado, cuja conduta demonstra dolo, inclusive em virtude da reiteração narrada.
 - (C) não se vislumbra conduta típica de ato de improbidade, tendo em vista que se trata de empregado celetista integrante de fundação, não abrangido pelo conceito de agente público para aquela finalidade.
 - (D) impõe-se responsabilidade penal, que absorve os ilícitos civis e administrativos, cujo processamento fica suspenso até final decisão judicial acerca da existência de crime.
 - (E) abrange as esferas penal, administrativa e civil de forma independente, salvo se restar configurado ato improbo que, pela maior gravidade, absorve os demais ilícitos.
-
44. A um procedimento de licitação instaurado para a contratação de serviços de consultoria para modelagem financeira de um projeto da Administração pública compareceram três empresas interessadas. Ainda não foi realizado o julgamento do certame. Não obstante, a Administração pública responsável pelo projeto recebeu de sua área técnica sugestão de alteração nas premissas anteriores constantes do termo de referência. Diante da possibilidade de impacto no objeto da contratação da consultoria, a Administração pública
- (A) deve anular a licitação, diante de inequívoca imprestabilidade do objeto do certame, vedada qualquer indenização aos licitantes.
 - (B) deve revogar a licitação, o que enseja indenização aos licitantes que demonstrarem prejuízo concreto, independentemente da fase do certame.
 - (C) deve revogar a licitação, sob pena de incorrer em nulidade formal na contratação da consultoria.
 - (D) pode anular ou revogar a licitação, considerando que a indicação de ilegalidade é, no caso concreto, conduta discricionária da Administração pública.
 - (E) pode revogar a licitação, diante do risco de inadequação da contratação à finalidade pretendida.

Direitos Difusos e Coletivos

45. As áreas de Proteção e de Preservação Permanente, segundo o que prevê expressamente o Plano Diretor do Município de Campinas,
- (A) abrangem todas as áreas do município cobertas por vegetação natural remanescentes, as quais deverão ser convertidas em Parques Naturais Municipais de Preservação Permanente de uso restrito a atividades de lazer.
 - (B) compreendem as zonas especiais de recarga dos aquíferos, as quais deverão ser, no prazo de trinta anos, objeto de aquisição, por doação ou desapropriação, pelo município.
 - (C) correspondem às áreas que compõem a Macrozona de Relevância Ambiental, nas quais serão promovidos o controle da expansão urbana e da regulamentação de usos compatíveis com a conservação ambiental.
 - (D) abarcam as áreas das microbacias hidrográficas consideradas estratégicas para ampliação das vazões captadas e consequente aumento da segurança hídrica do município.
 - (E) incluem várzeas/planícies de inundação, as quais não deverão sofrer intervenções de impermeabilização, aterro ou edificação.



46. A ideia de que os serviços essenciais prestados pelo estado ou por suas concessionárias ou permissionárias devem ser fornecidos de forma contínua, como prevê o art. 22 do Código de Defesa do Consumidor, gerou muita controvérsia quanto às hipóteses de cabimento do corte em seu fornecimento. Nessa linha, a jurisprudência sistematizada do STJ consolidou-se no sentido de que é
- (A) ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do usuário decorrer de débitos pretéritos, uma vez que a interrupção pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo.
 - (B) legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por débitos de usuário anterior, em razão da natureza impessoal da dívida.
 - (C) ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações, ainda que precedido de notificação.
 - (D) ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando inadimplente pessoa jurídica de direito público.
 - (E) legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando o débito decorrer de irregularidade no hidrômetro apurada unilateralmente pela concessionária.
-
47. Sobre o inquérito civil, segundo a normativa que rege a matéria, é correto afirmar que
- (A) dado o caráter reservado e preliminar do inquérito civil, é vedado ao membro do Ministério Público divulgar aos meios de comunicação social resultados ainda inconclusivos das investigações.
 - (B) o defensor constituído nos autos do inquérito civil poderá assistir o investigado durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do seu depoimento e, subsequentemente, de todos os elementos investigatórios e probatórios dele decorrentes.
 - (C) tem natureza unilateral e facultativa diante da violação de direito individual, sendo bilateral e obrigatório em caso de infração a direito transindividual que autorize a intervenção do Ministério Público.
 - (D) apresenta-se como condição de procedibilidade para o ajuizamento de ações que imputem dano coletivo derivado de ação ou omissão perpetrada pela União, estados e/ou municípios.
 - (E) finalizado o inquérito civil, cabe o arquivamento, proposta de compromisso de ajustamento de conduta ou ajuizamento de ação civil pública, desde que não entenda o Ministério Público ser caso de expedir recomendação como medida substitutiva.
-
48. De acordo com a legislação vigente de prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, a *posição dominante*
- (A) é definida como a capacidade de determinada empresa em impor-se aos demais competidores na definição dos preços, tendências ou processos de produção/comercialização de bens e serviços, além de dominar 51% ou mais do mercado.
 - (B) se dá sempre que um mesmo agente econômico oferta produtos ou serviços pertencentes a diferentes etapas da mesma cadeia produtiva ou oferece produtos ou serviços substitutivos entre si.
 - (C) é definida como a capacidade de uma empresa ou grupo de empresas de manter seus preços sistematicamente acima do nível competitivo de mercado sem com isso perder todos os seus clientes.
 - (D) de uma empresa ou grupo empresarial em determinado segmento do mercado de bens ou serviços constitui prática atentatória à ordem concorrencial e motiva a instauração de processo judicial para análise de ato de concentração econômica.
 - (E) é presumida sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar 20% ou mais do mercado relevante.

Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho

49. Beethoven ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa Pianos de Cauda S/A postulando equiparação salarial com o empregado Mozart, alegando que sempre exerceu a mesma função, porém recebendo salário inferior. Em defesa, a empresa confirma o exercício das mesmas funções, mas sustenta que o pedido não procede, posto que a diferença de tempo de casa dos citados empregados é de 3 anos, o que torna Mozart com maior capacidade e perfeição técnica, sendo excluído do aludido direito. A sentença é proferida e julgada procedente, sendo a empresa condenada a pagar R\$ 3.500,00 ao reclamante Beethoven e mais R\$ 1.050,00 de honorários de sucumbência, eis que era o previsto no contrato juntado na petição inicial, ou seja, 30% de honorários no êxito da ação. A empresa recorre da sentença, sob fundamento de que a lei não teria sido corretamente aplicada, ressaltando a tese já invocada, bem como insurgindo-se contra a condenação em honorários de sucumbência, que entende exorbitante. Ao recurso deverá ser
- (A) negado provimento para manter inalterada a sentença de primeira instância, tendo o juiz de origem acertado ao aplicar a lei quanto à equiparação salarial e respeitado a vontade das partes celebrantes do contrato de mandato entre autor e seu advogado.
 - (B) dado provimento parcial para manter a condenação em equiparação salarial e reduzir a condenação em honorários de sucumbência para no máximo 10% do valor da condenação.
 - (C) dado provimento total porque a diferença de tempo na empresa de 3 anos faz presumir a maior capacidade e perfeição técnica de Mozart, bem como descabidos honorários de sucumbência por não estar o autor assistido pelo sindicato.
 - (D) dado provimento parcial para manter a condenação na equiparação salarial e afastar a condenação em honorários de sucumbência posto que descabidos na hipótese já que o autor estaria assistido por advogado particular.
 - (E) dado provimento parcial para manter a condenação na equiparação salarial e reduzir a condenação em honorários de sucumbência para, no máximo, 15% do valor da condenação.



50. Considerando a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) pelo princípio do impulso oficial da execução trabalhista, é dever do Juiz dar início ao processo de execução, ainda que as partes estejam com advogado constituído nos autos.
 - (B) não é lícito à empresa executada em Esfera Trabalhista promover a garantia do Juízo ofertando seguro-garantia judicial por não ser competente a Justiça do Trabalho para apreciar a relação civil do contrato de seguro.
 - (C) é passível de condenação em ação trabalhista promovida pela empresa em face de seu empregado por ter publicado em redes sociais informações falsas em relação à mesma que lhe causaram prejuízo moral.
 - (D) sendo réu em ação trabalhista um Conselho Regional de determinada Profissão do Estado de São Paulo, o mesmo é isento do pagamento de custas processuais, por possuir natureza de autarquia.
 - (E) é lícita a contratação de trabalhador de forma intermitente, desde que a empresa dê ciência da convocação ao prestador de serviços com pelo menos cinco dias de antecedência.
-
51. À luz das previsões da Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, por mero acordo verbal.
 - (B) poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual.
 - (C) na hipótese de ausência do reclamante, este será condenado ao pagamento das custas processuais, ainda que beneficiário da justiça gratuita, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo justificável a critério do Juiz.
 - (D) poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de trinta dias, com correspondente registro em aditivo contratual.
 - (E) a decisão judicial transitada em julgado somente poderá ser levada a protesto, depois de transcorrido o prazo de trinta dias a contar da citação do executado, se não houver garantia do juízo.
-
52. Considere a Consolidação das Leis do Trabalho e a jurisprudência sumulada do TST sobre direito do trabalho e processo do trabalho.
- I. A dobra na remuneração de férias é indevida se as férias são pagas fora do prazo, desde que o gozo das mesmas se dê dentro do período concessivo.
 - II. A exceção de incompetência em razão do lugar deverá ser protocolada pelo réu no prazo de dez dias úteis que antecede à audiência inaugural.
 - III. A testemunha que mentir em juízo de forma intencional poderá ser multada pelo Juiz da causa em até 10% do valor corrigido da causa.
 - IV. A cessação da atividade da empresa, se for esse o motivo da rescisão contratual, isenta a empresa do pagamento do aviso prévio.
- Está correto o que consta APENAS de
- (A) I, II e IV.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III.

Direito Civil

53. Em um compromisso de compra e venda de bem imóvel celebrado entre uma construtora e seus clientes, consta no contrato que o preço será pago por meio de financiamento a ser quitado em 120 prestações, e a falta de pagamento de quaisquer delas, desde que constituído em mora o comprador, implicará em sua rescisão com a perda, em benefício do vendedor, do total das prestações anteriormente pagas.
- Após o pagamento de 6 parcelas (do total de 120), Carlos e Lidia deixaram de pagar as prestações, alegando atraso na entrega da obra e a impossibilidade de proceder ao registro do contrato no Cartório de Registro de Imóveis. O vendedor (Construtora) ajuizou ação de rescisão contratual cumulada com reintegração de posse, pelo inadimplemento do comprador, vindicando a perda de todas as parcelas pagas, a título de indenização pelo uso do imóvel durante tal período.
- Referentes à situação exposta, considere:
- I. É anulável a cláusula que estabelece a perda de todas as parcelas ante à falta de pagamento de quaisquer delas.
 - II. Não é possível pleitear a rescisão contratual juntamente com a reintegração de posse, pois a discussão refere-se ao direito de propriedade.
 - III. A rescisão do contrato jamais se mostrará possível em razão do atraso na entrega da obra.
 - IV. O juiz poderá decretar a perda parcial das prestações pagas.
- Está correto o que consta APENAS de
- (A) IV.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I, II e III.



54. Sobre posse, considere:

- I. O convalidamento da posse adquirida de forma violenta ou clandestina, é permitido pela cessação da violência ou clandestinidade e pelo decurso de ano e dia.
- II. Em regra não convalesce a posse precária.
- III. Se a posse se estender por mais de ano e dia, não haverá convalidamento da posse adquirida de forma violenta.
- IV. Apenas convalesce a posse clandestina se for de boa-fé.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) II e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, II e III.

55. Sobre contratos, é INCORRETO afirmar:

- (A) Nos de execução continuada, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato.
- (B) A exceção de contrato não cumprido aplica-se a todos os contratos.
- (C) Os benéficos devem ser interpretados de forma restrita.
- (D) É proibido o que tem por objeto herança de pessoa viva.
- (E) É possível a manifestação tácita de vontade em matéria contratual, quando não for necessária que seja expressa.

56. Casal instituiu, por Escritura Pública registrada, o imóvel em que reside, como bem de família. Esse casal contraiu dívida proveniente de tributo relativo a esse imóvel. Executada essa dívida, o imóvel

- (A) não será penhorado, pois constitui isenção de execução prevista no Código Civil.
- (B) não será penhorado, pois a impenhorabilidade do bem de família prevalece sobre o direito do credor.
- (C) será penhorado, mesmo sendo bem de família.
- (D) não será penhorado, se a dívida for posterior à sua instituição.
- (E) será penhorado, se a execução da dívida for posterior à sua instituição.

57. Na usucapião *pro labore*, o tempo de permanência ininterrupta na área rural e demais requisitos para que possa o ocupante requerer que o juiz o declare detentor do domínio são

- (A) vinte anos de posse, sem oposição, zona rural, área produtiva por seu trabalho ou de sua família, com ânimo de moradia.
- (B) cinco anos de posse, único imóvel rural ou urbano, sem oposição, zona rural, área produtiva por seu trabalho ou de sua família, com ânimo de moradia.
- (C) dez anos de posse, sem oposição, único imóvel rural ou urbano, área produtiva por seu trabalho ou de sua família, com ânimo de moradia.
- (D) dez anos de posse, único imóvel rural ou urbano, zona rural, área produtiva por seu trabalho ou de sua família, com ânimo de moradia.
- (E) cinco anos de posse, independente de ser o único imóvel, sem oposição, zona rural, área produtiva por seu trabalho ou de sua família, com ânimo de moradia.

Direito Processual Civil

58. Na escritura de compra e venda do imóvel, o proprietário transferiu o domínio tendo sido efetivado o registro e assegurada a posse para o adquirente. Este ajuizou ação de reintegração de posse contra terceiro que, após a desocupação do imóvel pelo vendedor, dele se apossara. A contestação aduz que a posse é um fato material, pelo que haveria falta de legitimidade para o autor da ação reintegrar-se por ainda não haver exercido qualquer posse, e, pleiteia o pagamento de indenização por danos morais, sem, contudo, comprovar a dor sofrida por eventual ato praticado pelo autor da ação.

Nesse caso,

- (A) apenas se justificaria a ação se o autor houvesse, mediante desforço imediato, tentado retornar à posse do imóvel.
- (B) deve ser rejeitado o argumento da defesa, pois houve a transmissão da posse por ocasião da assinatura da escritura, devendo também ser rejeitado o pedido de indenização por danos morais, ante à ausência de comprovação do dano e do nexo causal.
- (C) é impossível a ação, pois reclamaria a presença de um possuidor esbulhado, sendo certo que o possuidor era o alienante do imóvel.
- (D) o adquirente não é parte legítima para figurar no polo ativo da demanda, pois o vendedor/antigo proprietário foi quem transferiu o domínio.
- (E) a defesa deve ser acolhida pelo juiz.



59. Em relação à prova, considere:

- I. O ônus da prova pode ser atribuído de modo diverso pelo juízo, desde que o faça por decisão fundamentada, e que as peculiaridades da causa reflitam em impossibilidade ou excessiva dificuldade em cumprir o encargo a que se incumbiu a parte, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.
- II. Não é permitido ao juízo proceder à inquirição de especialista sobre ponto controvertido da causa que demande especial conhecimento científico ou técnico, sob pena de violação aos direitos do consumidor.
- III. O perito pode ser substituído apenas se lhe faltar conhecimento técnico ou científico.
- IV. Mesmo em razão de enfermidade, a testemunha que estiver impossibilitada de comparecer à audiência, mas não de prestar depoimento, será inquirida na sede do juízo.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

60. Sobre a execução de sentença,

- (A) não poderá ser dispensada a caução nos casos de levantamento de depósito em dinheiro decorrente de sentença a ser provisoriamente cumprida que estiver em consonância com súmula da jurisprudência do STF ou do STJ ou em conformidade com acórdão proferido no julgamento de casos repetitivos.
- (B) em impugnação, é dispensada a indicação do valor que o executado entende correto, bem como a apresentação, por ele, do demonstrativo do cálculo deste valor, se o excesso de execução for seu único fundamento.
- (C) após ter iniciado o cumprimento de sentença, ao réu não é dada a possibilidade de comparecer em juízo, espontaneamente, e oferecer em pagamento o valor que entender devido, independente da apresentação de memória de cálculo, ocasião em que o autor não poderá oferecer impugnação e deverá levantar todo valor depositado.
- (D) uma vez impugnada a execução, não poderá ocorrer a prática de atos de expropriação, mesmo que garantido o juízo, devendo ser obrigatoriamente suspenso o processo até o julgamento da impugnação.
- (E) é inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo STF, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tido pelo STF como incompatível com a CF, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

61. Anacleto ajuizou ação declaratória de inexistência de débito, em razão da cobrança pela concessionária de valores a título de contas de luz em atraso. Alega que ainda não havia recebido as chaves do imóvel, à época em que os valores lançados como em atraso pela requerida, embora já tivesse assinado o contrato de locação. Pleiteia a declaração de inexistência de débito e retomada do fornecimento de energia elétrica no imóvel. Em sua defesa, a concessionária alega que a dívida é oriunda da essência do imóvel, e, ante o inadimplemento, é permitida a ruptura da prestação do serviço, e, por isso, entende que falta interesse de agir ao autor.

Sendo assim,

- (A) verifica-se a carência de ação, eis que Anacleto é o único usuário do serviço prestado, e por ele deve pagar, mesmo por dívidas pretéritas.
- (B) a ação deve ser julgada improcedente, eis que à concessionária é permitida interrupção do fornecimento do serviço público, sem prévio aviso, bem como a cobrança de valores em atraso de qualquer pessoa que esteja usufruindo do serviço.
- (C) por ser a dívida do imóvel de natureza *propter rem*, Anacleto é obrigado a pagar o débito de outro usuário do serviço de fornecimento de energia elétrica.
- (D) a dívida é de natureza pessoal, por se referir exclusivamente ao consumo de quem estava habitando o imóvel à época, e, portanto, Anacleto não é devedor.
- (E) a interrupção no fornecimento de energia elétrica pode ocorrer no dia imediatamente posterior ao inadimplemento, independente de aviso prévio.

62. São hipóteses de extinção do processo, com julgamento do mérito, quando

- (A) em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível.
- (B) o autor desistir da ação após a citação, com a concordância do réu.
- (C) for acolhido pedido contido na reconvenção.
- (D) for reconhecida a carência de ação.
- (E) o autor não promover os atos e diligências que lhe incumbir por mais de 30 dias.

**Direito Tributário**

63. Conforme a Constituição Federal de 1988, no que se refere às limitações do poder de tributar, é VEDADO:
- (A) à União e aos Estados instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, sendo permitida a diferenciação em função da ocupação profissional, da função exercida, da denominação jurídica dos rendimentos ou negócios realizados, ou da localização da residência do contribuinte.
 - (B) à União e aos Estados utilizar tributo com efeito de confisco ou com finalidade exclusivamente arrecadatória, sem estabelecer mecanismos para excluir a exigência em função da capacidade civil ou econômica do contribuinte de fato ou de direito.
 - (C) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ainda que se alegue tratar de medida tendente a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
 - (D) à União e aos Municípios conceder sem lei específica, federal ou municipal, qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições.
 - (E) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil, contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros ou do Mercosul, inclusive em relação à etapa de replicação industrial de mídias magnéticas ou ópticas, de leitura digital ou a laser.
-
64. Conforme o Código Tributário Nacional, no que se refere à vigência, à aplicação, à interpretação e à integração da legislação tributária,
- (A) a lei aplica-se a ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
 - (B) a legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros, presentes, pretéritos e pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa na data da publicação da norma.
 - (C) a legislação tributária dos Municípios vigora, no Brasil e no exterior, fora dos respectivos territórios municipais, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os sujeitos, ativos ou passivos, contribuintes ou responsáveis, independente de onde os atos, fatos ou negócios jurídicos tenham sido realizados.
 - (D) a autoridade tributária deverá aplicar a legislação tributária utilizando-se dos princípios gerais do direito, da equidade e da analogia, de maneira mais favorável ao sujeito ativo, em caso de dúvida quanto à incidência de tributo ou à aplicação de penalidade.
 - (E) a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal ou pelas leis complementares devem ser estabelecidos, ampliados ou limitados, mediante lei ordinária ou regulamento, promulgados pelo ente competente para fiscalizar o tributo.
-
65. Conforme a Constituição Federal de 1988, no que se refere a repartição das receitas tributárias, pertence, entre outros valores,
- (A) aos Estados, três quintos do valor arrecadado com imposto sobre a propriedade de veículos automotores, cujos proprietários residam em Municípios do respectivo Estado.
 - (B) aos Estados e Municípios, todo o valor arrecadado com o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, arrecadado em seus territórios, na proporção, entre Estados e Municípios, de um para um.
 - (C) aos Estados e Municípios, 100% do produto da arrecadação do imposto propriedade de veículos automotores, sendo que a parte dos municípios, de cinco décimos, será distribuída na proporção do VAF – Valor Adicional Fiscal, ocorrido em seus territórios.
 - (D) à União, seis décimos do valor arrecadado com o imposto sobre renda, e aos Estados e Municípios, dois décimos cada, na proporção do número de habitantes de cada um deles.
 - (E) aos municípios todo o valor arrecadado com imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

**Direito Ambiental**

66. Segundo a legislação federal vigente, as unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza dividem-se em dois grupos com características específicas. Um desses grupos é composto por Unidades de
- (A) Regeneração de Ecossistema, na qual se incluem o Refúgio de Vida Silvestre, a Reserva Particular do Patrimônio Natural e o Parque Nacional.
 - (B) Proteção da Biodiversidade, no qual se incluem o Monumento Natural, o Refúgio de Vida Silvestre e a Reserva de Fauna.
 - (C) Proteção Integral, no qual se incluem a Estação Ecológica, a Reserva Particular do Patrimônio Natural e o Santuário Ecológico.
 - (D) Uso Sustentável, no qual se incluem a Floresta Nacional, a Reserva de Fauna e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável.
 - (E) Manejo Restrito, no qual se incluem a Área de Proteção Ambiental, a Área de Relevante Interesse Ecológico e a Reserva Extrativista.
-
67. O Princípio 15 da *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* prevê que *quando houver perigo de dano grave ou irreversível, a falta de certeza científica absoluta não deverá ser utilizada como razão para se adiar a adoção de medidas eficazes em função dos custos para impedir a degradação do meio ambiente*. Tal regra traduz em linhas gerais o que no âmbito do Direito Ambiental se denomina princípio da
- (A) precaução.
 - (B) cautela.
 - (C) proteção.
 - (D) prevenção.
 - (E) prudência.
-
68. Segundo a jurisprudência hoje dominante no Superior Tribunal de Justiça, em tema de Direito Ambiental, a teoria do fato consumado
- (A) justifica-se diante da persistente omissão e morosidade do Estado em prevenir e reprimir as variadas formas de ocupação irregular em áreas ambientais protegidas.
 - (B) é incompatível com o postulado do meio ambiente equilibrado como bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida.
 - (C) aplica-se aos casos de licença de operação corretiva para o fim de legalizar empreendimentos já implantados ou em operação sem o devido licenciamento ambiental prévio.
 - (D) autoriza a manutenção de conduta potencialmente lesiva ao meio ambiente desde que promovida de boa-fé, não prevalecendo em casos de conduta efetivamente lesiva.
 - (E) não convalida a conduta lesiva, mas atua para mitigar a intensidade do dever de reparação ambiental, justificando, por exemplo, medidas de adequação no lugar da demolição.
-
69. Inclui-se expressamente na definição de saneamento básico trazida pela Lei nº 11.445/2007 serviços, infraestruturas e instalações operacionais de
- (A) controle dos vetores de disseminação de doenças infectocontagiosas.
 - (B) manejo de resíduos industriais cuja responsabilidade seja ou não atribuída ao gerador.
 - (C) tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.
 - (D) recuperação de áreas degradadas e descontaminação do solo.
 - (E) medição e controle da poluição atmosférica.
-
70. Sobre a competência para julgar crimes ambientais, é correto afirmar que
- (A) é da Justiça Federal a competência para julgar crime praticado contra áreas ambientais classificadas como patrimônio nacional.
 - (B) a competência será da Justiça Federal em crimes contra a flora cujo auto de infração tiver sido lavrado pelo IBAMA.
 - (C) quando houver dano decorrente de pesca proibida em rio interestadual a competência será sempre da Justiça Federal.
 - (D) como regra geral, a competência será da Justiça Estadual no caso de crimes contra a fauna.
 - (E) no caso de extração ilegal de recursos minerais em propriedade particular a competência será da Justiça Estadual.